

BANCO VIPAL S.A.

Porto Alegre - RS

**Demonstrações Financeiras do Semestre e
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021**



MÜLLER & PREI

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Acionistas e Administradores do
Banco Vipal S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Vipal S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Vipal S.A., em 31 de dezembro de 2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Resultado Operacional

O Banco não vem prospectando novas operações com clientes e apresenta resultados negativos recorrentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o resultado operacional, antes da apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, representa um prejuízo de R\$ 1.704mil.

Tal situação indica a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional do Banco. Entretanto, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações do Banco. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Conforme indicado na nota "1", em 02 de outubro de 2020, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações, tendo por objeto a alienação de 100% das ações de emissão do Banco Vipal S.A. Em 10/nov./21, o Banco Central - BACEN emitiu o Ofício 26.127/2021-BCB/Deorf/GTPAL, autorizando a transferência do controle societário, condicionando a publicação de sua decisão no Diário Oficial da União - DOU ao efetivo fechamento da operação nos termos contratados a ser comprovado com a apresentação de algumas exigências determinadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.



Ênfase

Execução de Garantia

A nota explicativa "6", trata da consolidação/adjudicação da propriedade de bens imóveis ao Banco, cujo crédito junto ao devedor inadimplente representava R\$ 7.175 mil. O valor da realização desses ativos poderá sofrer alterações, face às características dos bens imóveis, além do que, as condições de mercado à época dos leilões poderão, também, determinar realização por valor inferior ao crédito adimplido. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



MÜLLER & PREI

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 04 de fevereiro de 2022.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/RS
REGINALDO BESCROVAINE
Contador CRC-PR Nº 45.212/O-5 S/RS

Balço Patrimonial**Ativo**

	Nota	R\$ Mil 31/dez./21	R\$ Mil 31/dez./20
Circulante		4.236	5.617
Disponibilidades		92	5.155
Títulos e Valores Mobiliários e Inst. Financeiros e Derivativos	4	4.144	0
Carteira Própria		4.144	0
Operações de Crédito	5	0	462
Setor Privado		0	924
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa		0	(462)
Não Circulante		8.535	9.140
Realizável a Longo Prazo		8.533	9.136
Operações de Crédito	5	0	29
Setor Privado		0	29
Outros Créditos	6	8.170	8.174
Diversos		8.170	8.174
Outros valores e bens		363	933
Bens de Não Uso Próprio		363	933
Permanente		2	4
Imobilizações de Uso		88	88
(-) Depreciação Acumulada		(86)	(84)
Total do Ativo		12.771	14.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VIPAL S.A.**Balanço Patrimonial****Passivo e Patrimônio Líquido**

	Nota	R\$ Mil 31/dez./21	R\$ Mil 31/dez./20
Circulante		71	353
Outras Obrigações		71	353
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		8	94
Diversos		63	259
Patrimônio Líquido	8	12.700	14.404
Capital Social Subscrito		47.000	47.000
Prejuízos Acumulados		(34.300)	(32.596)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.771	14.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VIPAL S.A.**Demonstração do Resultado**

(Em milhares de reais – exceto o prejuízo por ação – R\$)

	Nota	2º Semestre 2021	R\$ Mil 31/dez./21	R\$ Mil 31/dez./20
Receitas de Intermediação Financeira		572	1.307	1.415
Operações de Crédito	5.f	479	1.193	1.329
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		93	114	86
Despesas da Intermediação Financeira		0	26	113
Reversão (Provisão) para Créditos de Liquidação Duvidosa		0	26	113
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		572	1.333	1.528
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.870)	(3.037)	(2.292)
Receitas de Prestação de Serviços		9	31	128
Despesas de Pessoal	9	(1.204)	(1.851)	(1.303)
Outras Despesas Administrativas	9	(456)	(850)	(836)
Despesas Tributárias		(106)	(178)	(122)
Outras Despesas/Receitas Operacionais		(113)	(189)	(159)
Prejuízo Líquido do Período		(1.298)	(1.704)	(764)
Quantidade de Ações no Final do Semestre	8	5.919.842	5.919.842	5.919.842
Prejuízo por Ação - R\$		(0,22)	(0,29)	(0,13)

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais)

	R\$ Mil 31/dez./21	R\$ Mil 31/dez./20
Prejuízo no Período	(1.704)	(764)
Movimentação do Período	0	0
Resultado Abrangente do Período	(1.704)	(764)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VIPAL S.A.**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**
(Em milhares de reais)

	R\$ Mil				
	Capital Social Subscrito	Lucros ou Prejuízos Acumulados	2º Semestre de 2021	31/dez./21	31/dez./20
Saldos no Início do Semestre	47.000	(33.002)	13.998	14.404	15.168
Prejuízo do Semestre	0	(1.298)	(1.298)	(1.704)	(764)
Saldos no Final do Semestre	47.000	(34.300)	12.700	12.700	14.404
Mutações do Período	0	(1.298)	(1.298)	(1.704)	(764)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VIPAL S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto**

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2021	R\$ Mil 31/dez./21	R\$ Mil 31/12/2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo Líquido do Período	(1.298)	(1.704)	(764)
Ajustes ao Prejuízo do Período			
Depreciações e Amortizações	1	2	3
Provisão (Reversão) Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	0	(462)	(113)
	(1.297)	(2.164)	(874)
Variações dos Ativos e Passivos			
Operações de Crédito	0	953	2.312
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	1.577	(4.144)	3.586
Outros Créditos e Despesas Antecipadas	4	574	(98)
Outras Obrigações	(243)	(282)	4
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	41	(5.063)	4.930
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	41	(5.063)	4.930
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/exercício	51	5.155	225
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	92	92	5.155
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	41	(5.063)	4.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VIPAL S.A.

Porto Alegre – RS

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras –
Semestre e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

(Valores em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Vipal S.A. (“Banco” ou “Instituição”) controlado pela Vipar Participações Ltda., banco múltiplo com carteira de Investimento e Crédito, Financiamento e Investimento tem por objeto a realização de operações de crédito e financiamento mediante a aplicação de recursos próprios, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, com o principal foco no conglomerado econômico formado pelas empresas e clientes do Grupo Vipal.

Em 28 de outubro de 2021, através do Ofício nº 26.127/2021–BCB/Deorf/GTPAL., de 10 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil, por decisão de sua Diretoria, aprovou a transferência do controle societário do Banco Vipal S.A. para o Banco Máxima S.A., posteriormente renomeado Banco Master S.A. (CNPJ 33.923.798), conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 2 de outubro de 2020. Aprovou, também, o ato de concentração pertinente, levando em consideração os níveis de concentração e seus reflexos sobre a concorrência no Sistema Financeiro Nacional, com base no parecer do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

A publicação no Diário Oficial da União – DOU., está condicionada ao efetivo fechamento da operação nos termos contratados, a ser comprovado com a apresentação de algumas exigências determinadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

A SG-CADE emitiu em 18/01/2022 despacho aprovando a operação Master-Vipal. O despacho foi publicado no DOU de 19/01/2022. A decisão transitou em julgado.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 e suas alterações, com observância às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração do Banco em 04 de fevereiro de 2022.

3. Principais Práticas Contábeis

Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

3. Principais Práticas Contábeis--Continuação

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e, títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, do nível "AA" (mínimo) até "H" (máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. O montante constituído é considerado pela Administração suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação.

e) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulante)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

f) Outros valores e bens

Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

3. Principais Práticas Contábeis--Continuação

g) Imobilizado de uso

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo seu custo. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

h) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Passivos Contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do BACEN:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e com perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

j) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

k) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

4. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros e Derivativos

	31/dez./21		31/dez./20	
	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
<u>Carteira própria:</u>				
<u>Títulos para negociação:</u>				
Cotas de fundo de investimento – BB Curto Prazo Corporativo	4.144	4.144	-	-
Total	4.144	4.144	-	-

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi determinado de acordo com o valor da cota divulgado pelo administrador do fundo, na data base das demonstrações financeiras.

5. Operações de Crédito

As informações da carteira são assim sumariadas:

a) Diversificação da carteira por vencimento:

Vencidos:	31/dez./21		31/dez./20	
	Valor	% sobre Total da Carteira	Valor	% Sobre Total da Carteira
Até 90 dias	-	-	23	2,41%
Acima de 90 dias	-	-	422	44,28%
	-	-	445	46,69%
A vencer:				
Até 90 dias	-	-	202	21,20%
De 91 até 360 dias	-	-	277	29,07%
Acima de 360 dias	-	-	29	3,04%
	-	-	508	53,31%
Total	-	-	953	100,00%

b) A composição da carteira de operações de crédito, por tipo de cliente, está assim representada:

	31/dez./21		31/dez./20	
	Valor	% Sobre Total da Carteira	Valor	% Sobre Total da Carteira
Pessoa jurídica	-	-	866	90,87%
Pessoa física	-	-	87	9,13%
Total	-	-	953	100,00%

c) Diversificação da carteira por nível de concentração:

	31/dez./21		31/dez./20	
	Valor	% Sobre Total da Carteira	Valor	% Sobre Total da Carteira
Principal devedor	-	-	404	42,39%
20 maiores devedores	-	-	945	99,16%

d) Composição da carteira por nível de risco:

Nível de Risco	%	31/dez./21			31/dez./20		
		Valor da Carteira R\$	% da Carteira	Valor da Provisão R\$	Valor da Carteira R\$	% da Carteira	Valor da Provisão R\$
A	0,5	-	-	-	493	51,73%	2
H	100,0	-	-	-	460	48,27%	460
Total		-	-	-	953	100,00%	462

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/dez./21	31/dez./20
Saldo Inicial	462	575
Constituição/(reversão) de provisão	(462)	(113)
Saldo Final	-	462

5. Operações de Crédito--Continuação

f) As rendas por modalidade operada são compostas da seguinte forma:

	2º Semestre de 2021	31/dez./21	31/dez./20
Rendas de Empréstimos	8	200	582
Recuperação de Créditos Baixados	471	993	747
Total	479	1.193	1.329

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco Vipal S.A. não possui valores na carteira de operações de crédito.

6. Outros Créditos

	31/dez./21	31/dez./20
Devedores Depósitos em Garantia	-	3
Devedores Diversos - País	8.170	8.171
Saldo Total	8.170	8.174

A) Devedores Diversos - País:

A.1) Saldo a Receber de Imóveis:

Do saldo total demonstrado acima, para os semestres findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, R\$ 7.175 refere-se a dois imóveis dados em garantia em alienação fiduciária, que diante da inadimplência do contratante, foi iniciado o procedimento de retomada dos imóveis para pagamento do débito, nos termos do §1º do art. 26 da Lei 9.514/97.

Assim, foi requerido junto aos Cartórios de Registro de imóveis das comarcas pertinentes a intimação do devedor para que pagasse o débito, constituindo-o em mora.

O devedor não pagou o débito no prazo de 15 dias do recebimento da notificação, expedindo o cartório a respectiva certidão de não pagamento e garantindo ao Banco Vipal o direito de consolidação das propriedades para adimplemento do débito, nos termos do art. 26, § 7º da Lei nº 9.514/97.

A propriedade dos imóveis foi consolidada e averbada nas datas de 26/jan./2017, sob a matrícula nº 26.496 e em 01/fev./2017, sob a matrícula nº 41.025, iniciando-se o prazo de 30 dias para serem levados a leilão, obrigatoriamente, conforme determina o artigo 27 da Lei 9.514/97.

Contratada empresa para realização dos leilões, esses foram realizados em 15/fev./2017, e 22/fev./2017, respectivamente, ao preço constante na escritura, isto é, R\$ 5.100 para o imóvel matrícula nº 41.025 e R\$2.075 para o imóvel matrícula nº 26.496. Tais imóveis não foram arrematados por terceiros interessados nos referidos leilões.

Em junho de 2017, foi realizado novo Laudo de Avaliação destes bens, os quais estão avaliados em R\$ 11.601.

A.2) Outros créditos

O Banco Vipal em Assembleia Geral de Credores aceitou um imóvel (matrícula nº 11.597 do Ofício do Registro de Imóveis de Lages – SC) no valor de R\$ 1.619 como dação em pagamento nas condições do Plano de Recuperação Judicial do devedor.

6. Outros Créditos--Continuação

A) Devedores Diversos – País--Continuação:

A.2) Outros créditos--Continuação:

O plano estabelece que o imóvel seja transferido de forma integral para o Banco Vipal, mediante ao depósito em juízo do valor devido aos demais credores, totalizando um montante de R\$ 977.

O Banco efetuou depósitos nos valores de R\$ 895 e R\$ 82, em nov./2018 e em fev./2020, respectivamente.

Em 28 de novembro de 2018, foi requerida pelo Banco Vipal, ao Juiz de Lages-SC, que seja expedida ordem ao cartório para transferência do referido imóvel.

7. Passivos Contingentes

A Instituição possui passivos contingentes de natureza cível em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir:

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado	
		31/dez./21	31/dez./20
Cível	Possível	8.984	7.140
Total		8.984	7.140

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Instituição não possui passivos contingentes de natureza fiscal e trabalhista.

8. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social é de R\$ 47.000, representado por 5.919.842 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

9. Despesas de Pessoal e Administrativas

	2º Semestre de 2021	31/dez./21	31/dez./20
Despesas com Proventos	(1.099)	(1.546)	(903)
Despesas com Encargos	(86)	(244)	(293)
Outros	(19)	(61)	(107)
Total Despesas de Pessoal	(1.204)	(1.851)	(1.303)

	2º Semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Aluguéis	(65)	(120)	(108)
Processamento de Dados	(278)	(482)	(481)
Serviços Técnicos	(106)	(196)	(180)
Comunicações/Publicações	-	(30)	(32)
Outros	(7)	(22)	(35)
Total Despesas Administrativas	(456)	(850)	(836)

10. Transações Com Partes Relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Benefícios de curto prazo a empregados e administradores considerados como pessoal chave da Administração do Banco Vival S.A. é apresentada conforme abaixo:

	<u>31/dez./21</u>	<u>31/dez./20</u>
Remuneração	(1.546)	(903)
Contribuições INSS/FGTS	(244)	(293)
Benefícios	(61)	(107)
Total	(1.851)	(1.303)

Benefícios de pós-emprego

No ano de 2008, a Instituição aderiu ao Fundo BRPREVRTFIF - PGBL Empresarial, junto ao Banco do Brasil. O plano é do tipo “contribuição definida”, portanto, o nível de suplementação de aposentadoria para os participantes é consequência das contribuições e dos rendimentos do fundo. Este plano não contempla benefícios mínimos garantidos. As despesas de contribuições da Instituição referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 atingiram o valor de R\$ 44 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2020).

A Instituição não oferece outros benefícios a longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e tampouco remuneração baseada em ações.

11. Limite Operacional (Acordo Basileia)

As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de zero a 100%, conforme Resolução nº 2.099/94 do BACEN.

O BACEN, através da Resolução nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito, a partir de 1º de outubro de 2015. O índice da Basileia amplo (*) para 31 de dezembro de 2021 é de 79,64%, apurado conforme circular nº 3.678/13.

	<u>31/dez./21</u>	<u>31/dez./20</u>
Patrimônio de Referência Exigido (*)	1.276	1.444
Patrimônio de Referência – PR (**)	12.700	14.404
Excesso de Patrimônio em Relação ao Exigido	11.424	12.960

(*) $F = 0,08$

(**) $Basileia = PR / RWA$

12. Estrutura de Gerenciamento de Risco

A) Gerenciamento de Risco

O Banco Vival gerencia os riscos inerentes aos seus negócios com base no que determina o BACEN, através da Resolução CMN nº 4.557/17. Suas políticas, procedimentos e modelos de gestão estão de acordo com a complexidade de suas operações, garantindo a conformidade e o cumprimento da legislação aplicável.

12. Estrutura de Gerenciamento de Risco--Continuação

A) Gerenciamento de Risco--Continuação

O propósito do Gerenciamento de Riscos é identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de forma integrada, contribuindo de maneira efetiva na execução das atividades e respectivos controles internos.

A.1) Risco de crédito

O Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores, delimitação dos níveis de exposição e garantias, entre outros instrumentos, para manutenção das exposições nos níveis aceitáveis pela Instituição.

A.2) Risco de mercado

O Gerenciamento de Risco de Mercado tem como objetivo mensurar e acompanhar os limites definidos, relativos ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas.

As exposições de risco de mercado são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. À medida que a quantidade, diversificação e prazo das operações forem aumentando, a diretoria tem o encargo de elaborar novos processos para detectar, monitorar e mitigar os riscos de mercado.

A.3) Risco operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional é a possibilidade de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar através de relatórios gerenciais, possíveis ocorrências de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A.4) Risco de Liquidez

O Gerenciamento do Risco de Liquidez que determina que as instituições financeiras devam manter sistemas de controle estruturados em consonância com seus perfis operacionais, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar o Risco de Liquidez decorrente das atividades por elas desenvolvidas.

B) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital é um processo contínuo de monitoramento, avaliação e planejamento de metas, da necessidade de capital para fazer face aos riscos, sempre considerando os objetivos da instituição.

Os relatórios relativos às estruturas de Gerenciamento de Riscos e do Gerenciamento de Capital encontram-se disponíveis na sede da Instituição.

DocuSigned by:
Arlindo Paludo
Assinado por: ARLINDO PALUDO:02646218087
CPF: 02646218087
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 15:52:35 BRT
ICP-Brasil
A57A3DB948D54EA293141D71354FD140

Arlindo Paludo
Diretor Presidente

DocuSigned by:
Cleusa Vendramin Telles
Assinado por: CLEUSA VENDRAMIN TELLES:54087627004
CPF: 54087627004
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2022 | 15:58:06 BRT
ICP-Brasil
B015C89EB0224A39911CBA181CD93648

Cleusa Vendramin Telles
Contadora - CRCRS -72781/O-0
CPF:540.876.270/04

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: E622C701899042569A70F1A8067001D6

Status: Concluído

Assunto: Utilize o serviço DocuSign: Vipal-Dez-21.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 17

Assinaturas: 2

Certificar páginas: 3

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Remetente do envelope:

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Íluna Hoffmann Lourenço de Lima

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Rua Buarque de Macedo 365 - Centro

Nova Prata, 95320-000

iuna.hoffmann@vipal.com.br

Endereço IP: 189.16.1.50

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Íluna Hoffmann Lourenço de Lima

Local: DocuSign

22/03/2022 15:48:44

iuna.hoffmann@vipal.com.br

Eventos do signatário**Assinatura****Registro de hora e data**

Arlindo Paludo

DocuSigned by:

assinaturadigitaldiretoria@vipal.com.br



Enviado: 22/03/2022 15:51:36

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

A57A3DB948D54EA...

Visualizado: 22/03/2022 15:52:03

Assinado: 22/03/2022 15:52:41

Detalhes do provedor de assinatura:

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Usando endereço IP: 189.16.1.50

Emissor da assinatura: AC Instituto Fenacon RFB G3

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 22/03/2022 15:52:03

ID: 662872a5-8e82-4fad-9aec-dbb0ce235f92

Cleusa Vendramin Telles

DocuSigned by:

cleusa.telles@vipal.com.br



Enviado: 22/03/2022 15:52:44

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

B015C89EB0224A3...

Visualizado: 22/03/2022 15:56:14

Assinado: 22/03/2022 15:58:11

Detalhes do provedor de assinatura:

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Usando endereço IP: 189.16.1.50

Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data****Eventos com testemunhas****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Envelope enviado

Com hash/criptografado

22/03/2022 15:51:36

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	22/03/2022 15:56:14
Assinatura concluída	Segurança verificada	22/03/2022 15:58:11
Concluído	Segurança verificada	22/03/2022 15:58:13

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

TERMO DE ADESÃO ÀS CONDIÇÕES GERAIS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA DE CONTRATOS

Considerando que, com o objetivo de simplificar as operações contratuais e reduzir os custos para todos os envolvidos nas negociações com o Grupo Vipal (“Vipal”), a Vipal aderiu a inovação tecnológica de assinatura por meio eletrônico, por meio de sistema (“Plataforma”) disponibilizado no ambiente do Vipal.

Importante ressaltar que a legislação brasileira reconhece a validade da assinatura eletrônica por meio de seu ordenamento jurídico. Visto isso, a ferramenta da Plataforma está em conformidade com as leis brasileiras, de modo que, os contratos são válidos e passíveis de serem admitidos como meio de prova no Poder Judiciário brasileiro.

A qualquer momento, você poderá solicitar a Vipal, cópias eletrônicas dos Contratos assinados por você via Plataforma.

As informações, documentos e dados fornecidos por você referente aos poderes de assinaturas, serão de sua inteira responsabilidade, isentando a Vipal por qualquer responsabilidade por atos praticados que gerem danos, prejuízos e perdas oriundas de acessos, movimentações e informações erroneamente informadas por você, sobretudo aquelas que decorrerem da má observância, má-fé e mau uso da Plataforma.

Pelo presente termo, declaro ter lido, compreendido e concordado com as condições acima descritas.